

OBSERVAÇÕES ACERCA DA AGRICULTURA FAMILIAR^{1,2}

Rogério E. Freitas³

SINOPSE

Desde seu início, o *Boletim Regional, Urbano e Ambiental* do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) contemplou análises sobre a agricultura familiar no Brasil. Esses trabalhos bem caracterizam a importância do segmento na oferta brasileira de alimentos e apontam caminhos para melhorar as condições de vida do mesmo, com ênfase na continuidade e no aprimoramento de programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o fortalecimento da assistência técnica e extensão rural (Ater) pública e a manutenção de linhas de pesquisa voltadas a esse público.

Palavras-chave: agricultura familiar; Brasil; *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*.

1 INTRODUÇÃO

Neste texto busca-se sumarizar a contribuição do *Boletim Regional, Urbano e Ambiental* do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) no tema da agricultura familiar (AF), desde o surgimento do boletim em meados da década de 2000. Entre outros, Aquino e Lacerda (2014) e Castro, Resende e Pires (2014) atestam a importância do segmento familiar para a agropecuária como um todo e para o país, tanto do ponto de vista de questões regionais quanto no âmbito de preocupações ambientais.

Destarte, foram selecionados os estudos que continham a expressão *agricultura familiar* em sua discussão. Entre as edições do boletim disponíveis até julho de 2023, em dezoito delas houve ao menos um texto que atendeu a tal condição. Isso significa que em 64% das edições visitadas do boletim a AF foi tema discutido.

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/brua30art11>

2. O autor agradece as oportunas considerações de dois pareceristas anônimos à versão original deste trabalho e ressalta que possíveis erros remanescentes são de sua total responsabilidade.

3. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dirur/Ipea).

Em termos de número de trabalhos, 49 foram selecionados dessa maneira. Adicionalmente, deve-se ressaltar que esses trabalhos apresentaram uma cronologia relevante dos subtemas abarcados. O quadro 1 apresenta os subtemas analisados ao longo dos quinze anos de existência do boletim. Pode-se concluir que não houve um subtema dominante cronologicamente; o que se nota é uma pluralidade de questões avaliadas, independentemente do ano em questão, com grande incidência de uma categoria não específica (temas variados).⁴

QUADRO 1

Cronologia dos trabalhos aferidos e subtemas correspondentes no tempo

Texto	Grande tema	Texto	Grande tema
Corrêa (2009)	Temas variados	Conceição (2020)	Assistência técnica e extensão rural (Ater)
Lindoso <i>et al.</i> (2009)	Temas variados	Pereira e Castro (2020)	Ater
Castro (2013)	Diagnósticos regionais	Johnston, Santana e Santos (2020)	Cooperativismo
Bastos e Vieira Filho (2013)	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)/crédito	Vedana <i>et al.</i> (2020)	Cooperativismo
Costa (2013)	Temas variados	Cruz <i>et al.</i> (2020)	Desenvolvimento
Kapron (2014)	Diagnósticos regionais	Castro, Freitas e Nascimento (2020)	Pronaf/crédito
Lastres <i>et al.</i> (2014)	Temas variados	Ipea (2020)	Pronaf/crédito
Castro (2015)	Ater	Santana e Santos (2020)	Temas variados
Silva <i>et al.</i> (2015)	Sementes	Santos, Vian e Mattei (2020)	Temas variados
Magalhães (2016)	Pronaf/crédito	Santos e Santana (2020)	Temas variados
Castro (2016)	Temas variados	Vieira Filho (2020a)	Temas variados
Coelho (2017)	Fundos constitucionais	Costa (2020)	Temas variados
Sambuichi e Pereira (2017)	Pronaf/crédito	Aquino, Alves e Vidal (2020)	Temas variados
Freitas e Santos (2017)	Pronaf/crédito	Cerqueira, Ferraz e Soares (2020)	Temas variados
Santos e Freitas (2017)	Pronaf/crédito	Belik (2020)	Temas variados
Pinto, Rocha e Pirani (2018)	Desenvolvimento	Vieira Filho (2020b)	Temas variados
Kaminski <i>et al.</i> (2018)	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Sambuichi <i>et al.</i> (2021)	PAA
Sambuichi <i>et al.</i> (2018)	PAA	Conceição e Oliveira (2021)	Temas variados
Neto e Blos (2018)	Temas variados	Castro (2021)	Temas variados
Castro (2019)	Desenvolvimento	Castro e Pereira (2022)	AF na América Latina
Sambuichi <i>et al.</i> (2019)	PAA	Bento e Vieira Filho (2022)	Pronaf/crédito
Santana, Santos e Freitas (2019)	Pronaf/crédito	Ribeiro (2022)	Pronaf/crédito
Silva (2019)	Sementes	Bastian <i>et al.</i> (2022)	Temas variados
Pereira (2019)	Temas variados	Ipea (2022)	Temas variados
Clementino (2019)	Temas variados		

Fonte: Boletim Regional, Urbano e Ambiental (edições dez. 2008 a dez. 2022).
Elaboração do autor.

Em primeiro lugar, por conta da natureza democrática dos trabalhos acolhidos no âmbito do *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*, essa pluralidade cronológica não chega a ser surpreendente. Ademais, é praxe no funcionamento do boletim o estabelecimento

4. Inclui os seguintes temas da: AF no Nordeste, agricultura de distintos portes, agroindústria rural, agropecuária na Bahia, Amazônia, conexão com outras políticas públicas, comercialização agrícola, consórcio Nordeste, desigualdade rural, heterogeneidade da AF, indicadores, Matopiba, mudanças climáticas, Núcleo de Estudos de Economia Agrícola (ne2agro), pesquisa agropecuária, Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PNDSTR), política agrícola, política pública para a agropecuária, renda agropecuária, semiárido e territórios da cidadania.

de edições especiais, voltadas a temas específicos, como o foi o *Boletim Regional, Urbano e Ambiental, Edição Especial – Agricultura 2020*. Em ocasiões dessa natureza, são avaliados subtemas variados dentro do tema mãe.

Dentro desse amplo panorama de avaliações, as contribuições do boletim da Dirur para o tema seguem três vertentes. Primeiramente, fica caracterizada a relevância do segmento no total da oferta brasileira de alimentos e a concentração de um grupo menos equipado de pequenos e médios produtores na região Nordeste do Brasil, com menor tradição nas práticas cooperativistas.

Em segundo plano, ressalta-se a vigência de programas específicos que têm na AF o público foco, a saber, o Pronaf, o PAA e mesmo o Sistema Único de Saúde (SUS) de forma adjuvante. A continuidade e, portanto, perenidade dessas iniciativas é indispensável para melhorar os efeitos dos citados programas nas condições e na qualidade de vida dos AF.

Por fim, em terceiro lugar, iniciativas como o fortalecimento da Ater pública, o incentivo à prática cooperativista para os pequenos e médios produtores e a manutenção de linhas de pesquisa agropecuárias voltadas a esse público podem dar àqueles agricultores melhores condições de inserção não apenas nos mercados como nas próprias políticas públicas voltadas para eles.

Com base nessas informações, a seção 2 será dedicada a especificar as observações agrupadas por subtemas de análise da agricultura familiar.

2 SUBTEMAS DA AF NO BOLETIM REGIONAL, URBANO E AMBIENTAL

Nesta seção detalham-se as principais observações agrupadas por grandes subtemas definidos. Primeiramente são elencados os diagnósticos e caracterizações da AF, conjunto de análises que contempla trabalhos que conectam a AF com questões de desenvolvimento, sementes agrícolas, diagnósticos e avaliações regionais e conexão de outras políticas com as da AF. Em seguida apresentam-se os subtemas Pronaf, PAA, Ater, que compreendem as principais políticas e programas específicos desenhados para o segmento da agricultura familiar conforme as avaliações do *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*.

2.1 Diagnósticos e caracterizações da AF⁵

Neste tópico, debate-se a construção de metodologias capazes de gerar subsídios para monitoramento e avaliação de políticas públicas com foco no meio rural. Ademais, as contribuições apresentadas também defendem um desenvolvimento rural mais abrangente no país, que contemple necessariamente os produtores de menos recursos humanos, técnicos e/ou financeiros para a produção agropecuária.

Em nível de linhas de pesquisa há a apresentação de proposta de pesquisa comparativa sobre a AF na América Latina e Caribe, além de proposta de pesquisa em economia agrícola no âmbito do Ipea (ne2agro), incluindo-se aí o grande eixo da AF e cooperativismo, e de

5. Tendo por base os trabalhos de Pinto, Rocha e Pirani (2018), Castro (2019), Cruz *et al.* (2020), Castro e Pereira (2022), Johnston, Santana e Santos (2020), Vedana *et al.* (2020), Castro (2013), Kapron (2014), Coelho (2017), Silva *et al.* (2015), Silva (2019), Corrêa (2009), Lindoso *et al.* (2009), Costa (2013), Lastres *et al.* (2014), Castro (2016), Neto e Bios (2018), Pereira (2019), Clementino (2019), Santana e Santos (2020), Santos, Vian e Mattei (2020), Santos e Santana (2020), Vieira Filho (2020a), Costa (2020), Aquino, Alves e Vidal (2020), Cerqueira, Ferraz e Soares (2020), Belik (2020), Vieira Filho (2020b), Conceição e Oliveira (2021), Castro (2021), Bastian *et al.* (2022) e Ipea (2022).

um indicador da cadeia produtiva agropecuária (Ipea, 2022) abarcando valores da política de crédito rural no Brasil.

Outro subtema presente é o cooperativismo, incluindo-se o diagnóstico e a discussão de uma AF ativa na região Sul; de forte vínculo entre cooperativismo agropecuário e AF na região, o que dá aos agricultores familiares maior poder de barganha na compra de insumos e na venda da produção. Assim, mapeia-se uma influência positiva do cooperativismo e do associativismo na organização produtiva e reitera-se a necessidade de aperfeiçoar as políticas correspondentes. Em paralelo, discutem-se também a sucessão da AF e os fatores socioeconômicos envolvidos nesse processo, dentro da dinâmica cooperativista do oeste do Paraná.

A produção de sementes agrícolas é outro assunto enfatizado nos estudos visitados. Nessa frente, avalia-se que o Sistema Nacional de Sementes e Mudas apresenta inúmeras restrições para os pequenos produtores, o que em certas situações pode inviabilizar a atividade. Em simultâneo, são apresentados elementos para a maior adesão da AF ao modelo agroecológico de produção.

No contexto dos diagnósticos regionais, discute-se a estratégia de uso dos arranjos produtivos locais (APL) no combate às desigualdades regionais, bem como a própria heterogeneidade dentro da AF, qualificando-a e diferenciando-a frente à agricultura não familiar (ANF). Fica, assim, desenhado um caráter heterogêneo do ambiente rural e da produção agropecuária a partir do Censo Agropecuário 2017, no qual o recorte AF é parte importante. Detectou-se para a AF grande dependência da renda externa aos estabelecimentos, sendo necessário ampliar para esse grupo o acesso a ativos físicos, tecnologia, Ater e infraestrutura.

Ainda em termos dos diagnósticos regionais, destacam-se as análises da AF com base no Censo Agropecuário 2017, sobretudo na identificação de concentração espacial da AF no Nordeste, responsável por 23% da área dos estabelecimentos agropecuários. Entre os estabelecimentos mais pobres, o maior percentual é de AF; e no universo de estabelecimentos cooperados também, cerca de 70%.

Ao lado dessa realidade ressaltam-se o desnível tecnológico existente entre a AF e a ANF; a heterogeneidade interna à AF; e o fato de a agroindústria rural estar majoritariamente presente, em termos relativos, nos estabelecimentos da AF para todas as regiões do país, destacando-se as produções de farinha de mandioca e fubá de milho.

Por ter a maior concentração de estabelecimento da AF, a região Nordeste serviu como pano de fundo para inúmeras avaliações, com observações pertinentes, entre as quais as que se seguem.

- 1) Há desafios à viabilização econômica da AF na região, com destaque para acesso ao crédito, assistência técnica e insumos.
- 2) É importante o acompanhamento dos impactos do Pronaf na região, sobretudo no contexto de seca da região do Semiárido.
- 3) A AF persiste como segmento social de expressiva importância econômica no contexto do Nordeste, cuja produção está concentrada em pequeno grupo de produtores.
- 4) No âmbito específico da região que se estende por territórios de quatro estados do Brasil, Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (Matopiba) é grande o número de municípios que ainda se dedicam à AF, mas com elevada concentração de área dos estabelecimentos.

Acerca da Amazônia, pontualmente, há resultados promissores dos sistemas integrados de produção quando praticados pelos agricultores de menor escala na região Norte.

No quesito das mudanças climáticas, enfatiza-se o uso dos fundos ambientais (Amazônia, Caatinga, Clima, por exemplo) para mitigar os impactos das mudanças climáticas sobre a AF, no contexto de diferentes realidades regionais, assim como discutem-se ações de desenvolvimento sustentável voltado para o Brasil rural e a AF, inclusive no aspecto institucional.

Há, igualmente, uma defesa da manutenção de linhas de pesquisa que gerem inovação naqueles segmentos menos dinâmicos da agropecuária nacional, os quais geralmente não são atrativos para a iniciativa privada, reconhecendo-se que não há um forte movimento no incentivo à AF, principalmente em municípios médios e pequenos.

Com igual direção, reconhece-se a importância da AF para a diversidade da agropecuária brasileira, remetendo aos conceitos de multifuncionalidade e pluriatividade, além da defesa de ações combinadas Pronaf-Ater e da mesma maneira nas políticas de comercialização agrícola, em que o Programa de Garantia de Preços para a AF é um claro reconhecimento da importância desse segmento na questão da oferta agrícola local.

2.2 Políticas e programas específicos: Pronaf, PAA, Ater⁶

Acerca do Pronaf, notabilizaram-se algumas observações fundamentais. Primeiro, o impacto da estrutura e das características do financiamento bancário regional sobre a distribuição regional dos recursos do Pronaf não é desprezível. Em segundo lugar, há clara diferenciação na disponibilidade de crédito subsidiado para a AF e sua demanda efetiva, conforme as diferentes regiões e os recortes da AF.

Sob esse aspecto, há também que se considerar a concessão de crédito para a agricultura em geral, aí incluída a AF – para a qual a ausência de garantias, o desconhecimento do processo de aquisição de empréstimos e o medo de endividamento são as principais causas para não adesão aos financiamentos.

Houve também diagnóstico do Pronaf nos estados do Matopiba, com base no Censo Agropecuario de 2017, em que se realça a importância da criação animal para a AF na região, com indícios de maior especialização da AF de Tocantins e Maranhão nessa atividade. Além disso, ressalta-se que a pequena produção na região Norte trabalha com recursos do Pronaf, quase que como um braço avançado da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Linhas de pesquisa foram igualmente apresentadas em relação ao Pronaf. A primeira com vistas a avaliar se o acesso ao crédito está induzindo os agricultores a ficarem mais especializados, trazendo desdobramentos ambientais. E a segunda propondo a análise de impacto do crédito rural sustentável na emissão de gases do efeito estufa.

Outro estudo relevante na esfera do Pronaf contemplou a análise de vinte anos dos recursos de financiamento do programa, com ênfase na distribuição regional dos recursos e no diagnóstico das fontes de recursos correspondentes, observando-se o aumento participativo dos fundos constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste no total de recursos

6. Esta subseção tem por base Bastos e Vieira Filho (2013), Magalhães (2016), Sambuichi e Pereira (2017), Freitas e Santos (2017), Santos e Freitas (2016), Santana, Santos e Freitas (2019), Castro, Freitas e Nascimento (2020), Ipea (2020), Bento e Vieira Filho (2022) e Ribeiro (2022) sobre o Pronaf. Kaminski *et al.* (2018), Sambuichi *et al.* (2018), Sambuichi *et al.* (2019), e Sambuichi *et al.* (2021) sobre o PAA. Castro (2015), Conceição (2020) e Pereira e Castro (2020) sobre a Ater.

oferecidos. Nesse universo, para os empréstimos dos fundos constitucionais destinados ao financiamento do Pronaf 2006-2017 observaram-se, em avaliação preliminar, coincidências entre suas alocações territoriais e as mudanças nos padrões espaciais dos indicadores de emprego e produção da AF no mesmo período.

Por fim, houve também análise e comparação das estimativas de suporte ao produtor, em que a posição brasileira é de ator relativamente menos ativo nas políticas em relação à produção agropecuária.

Já no caso das investigações das ações do PAA, ratifica-se a importância do programa como incentivo à diversificação da produção nos locais em que foi acessado. Entretanto, realçam-se problemas que dificultaram a promoção de alimentos orgânicos, com ênfase na desarticulação e descontinuidade das ações e instrumentos previstos na Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e no corte drástico de orçamento.

Os estudos nesse caso ressaltam ainda a importância da análise teórica do programa e de pesquisas avaliativas para fins de gestão pública e a premência de conhecer o contexto e o problema central em torno do qual o PAA foi criado. Como linha de pesquisa sugerida, há a discussão e a apresentação de um projeto de pesquisa para realizar uma avaliação mais abrangente do PAA e propor uma carteira de indicadores de monitoramento.

Por fim, no tema da Ater, reconhece-se e enfatiza-se o caráter heterogêneo do campo no Brasil, aí compreendida a AF. Esposando esse argumento, há um diagnóstico de menor incorporação do modelo de desenvolvimento agrícola típico da Revolução Verde pela AF.

Nesse âmbito, em regra, os estabelecimentos da AF têm demandado menos aporte de serviços de Ater que os estabelecimentos ANF. Destarte, recriar um sistema de Ater pública com vistas à AF justifica-se pela importância da AF no conjunto da produção agropecuária e pela importância da Ater na promoção do desenvolvimento rural.

Por fim, quanto à conexão de outras políticas com as da AF, como primeiro apontamento reforça-se o potencial de articulação entre a AF e as compras governamentais do PAA e do SUS (desenvolvimento e compra de fitoterápicos e exploração do potencial produtivo da região Amazônica). Ressaltam-se também os aspectos positivos da AF como supridora da merenda escolar por meio de compras da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

3 OBSERVAÇÕES FINAIS

Os trabalhos do *Boletim Regional, Urbano e Ambiental* com objeto na AF consolidaram um grupo de avaliações e diagnósticos de grande pluralidade sobre a temática no período de vida do boletim, tanto que estiveram presentes na maioria das edições do periódico desde seu início.

Inúmeros recortes de análise foram realizados, com destaque para a Ater, o Pronaf (mecanismos de crédito) e o PAA, além de subtemas variados como linhas de pesquisa, sementes agrícolas, diagnósticos e avaliações regionais e conexão de outras políticas com as da AF.

Em regra, as conclusões desse conjunto de análises permitem um leque de observações. Em primeiro lugar, fica evidenciada a relevância do segmento no total da oferta brasileira de alimentos e a concentração de um grupo menos equipado de pequenos e médios produtores na região Nordeste do Brasil, com pouca tradição nas práticas cooperativistas.

Como segundo aspecto, a vigência de programas específicos que têm na AF o público foco, isto é, o Pronaf, o PAA, e mesmo o SUS, em menor escala. O contínuo aprimoramento e a perenidade dessas iniciativas são cruciais para melhorar os impactos dos respectivos programas nas condições e na qualidade de vida dos agricultores familiares.

Finalmente, iniciativas como o fortalecimento da Ater pública, o incentivo à prática cooperativista para os pequenos e médios produtores e a manutenção de linhas de pesquisa agropecuárias voltadas a esse público podem propiciar melhor inserção não apenas nos mercados como também nas próprias políticas públicas desenhadas para eles.

REFERÊNCIAS

AQUINO, J. R.; ALVES, M. O.; VIDAL, M. F. Agricultura familiar no Nordeste: um breve panorama dos seus ativos produtivos e da sua importância regional. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 23, 2020. (Edição Especial – Agricultura 2020).

AQUINO, J. R.; LACERDA, M. A. D. Magnitude e condições de reprodução econômica dos agricultores familiares pobres no semiárido brasileiro: evidências a partir do RN. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, n. 1, p. 167-188, 2014.

BASTIAN, L. *et al.* Distribuição da agroindústria rural pelas grandes regiões brasileiras: análise à luz dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 27, 2022.

BASTOS, P. R. M.; VIEIRA FILHO, J. E. R. Análise das implicações do financiamento bancário regional sobre o Pronaf. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 8, 2013.

BELIK, W. A descentralização da política agrícola no Brasil. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 23, 2020. (Edição Especial – Agricultura 2020).

BENTO, J. A. N.; VIEIRA FILHO, J. E. R. O impacto do crédito rural sustentável na emissão de gases do efeito estufa: evidências para sustentabilidade agropecuária brasileira. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 27, 2022.

CASTRO, C. N. A agricultura no Nordeste brasileiro: oportunidades e limitações ao desenvolvimento. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 8, 2013.

_____. Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 12, 2015.

_____. Pesquisa agropecuária pública brasileira: histórico e perspectivas. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 15, 2016.

_____. Desenvolvimento rural e o Estado brasileiro. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 21, 2019.

_____. Desigualdade tecnológica rural: breves considerações sobre possíveis tendências. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 26, 2021.

CASTRO, C. N.; FREITAS, R. E.; NASCIMENTO, C. P. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no Matopiba. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 23, 2020. (Edição Especial – Agricultura 2020).

CASTRO, C. N.; PEREIRA, C. N. Agricultura familiar na América Latina e no Caribe: definições, tecnologia e políticas públicas. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 28, 2022.

- CASTRO, C. N.; RESENDE, G. M.; PIRES, M. J. S. Avaliação dos impactos regionais do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). *In*: RESENDE, G. M. (Org.). **Avaliação de políticas públicas no Brasil: uma análise de seus impactos regionais**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014.
- CERQUEIRA, C. A.; FERRAZ, M. I. F.; SOARES, N. S. Panorama da produção agropecuária das regiões intermediárias do estado da Bahia em 2017. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 23, 2020. (Edição Especial – Agricultura 2020).
- CLEMENTINO, M. L. M. A atualidade e o ineditismo do consórcio Nordeste. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 21, 2019.
- COELHO, V. L. P. A PNDR e a nova fronteira do desenvolvimento regional brasileiro. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 17, 2017.
- CONCEIÇÃO, J. C. P. R. Capital humano e obtenção de informações técnicas na agricultura: perfil e diferenças regionais a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 23, 2020. (Edição Especial – Agricultura 2020).
- CONCEIÇÃO, J. C. P. R.; OLIVEIRA, D. V. Limites da política de comercialização agrícola no Brasil. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 25, 2021.
- CORRÊA, V. P. Desenvolvimento territorial e a implantação de políticas públicas brasileiras vinculadas a esta perspectiva. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 3, 2009.
- COSTA, F. A. Heterogeneidade estrutural, tecnologias concorrentes e desenvolvimento sustentável: uma proposição teórica para o tratamento da dinâmica agrária referida a território, com menção particular à Amazônia. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 8, 2013.
- _____. Mudança estrutural na economia agrária da Amazônia: uma avaliação inicial usando os Censos Agropecuários (1995, 2006 e 2017). **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 23, 2020. (Edição Especial – Agricultura 2020).
- CRUZ, B. O. *et al.* Uma contribuição ao debate sobre o desenvolvimento regional do Nordeste. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 22, 2020.
- FREITAS, R. E.; SANTOS, G. R. Crédito agrícola no Brasil: trajetória recente, desafios e oportunidades. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 17, 2017.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Evolução dos financiamentos concedidos pelo Pronaf nas regiões brasileiras no período 2000-2020. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 24, 2020.
- _____. Indicador da cadeia produtiva agropecuária. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 27, 2022.
- JOHNSTON, F. L.; SANTANA, A. S.; SANTOS, G. R. Produção agropecuária e cooperativismo na região Sul do Brasil: destaques dos dados do Censo Agropecuário de 2017. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 23, 2020. (Edição Especial – Agricultura 2020).
- KAMINSKI, R. S. *et al.* Desafios metodológicos para a avaliação de programas governamentais: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 18, 2018.
- KAPRON, S. Arranjos produtivos locais: uma política pública de desenvolvimento – RS (2011-2014). **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 10, 2014.

- LASTRES, H. M. M. *et al.* Políticas para APLS: a experiência do BNDES. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 10, 2014.
- LINDOSO, D. *et al.* Vulnerabilidade socioeconômica da agricultura familiar brasileira às mudanças climáticas: o desafio da avaliação de realidades complexas. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 4, 2009.
- MAGALHÃES, J. C. R. Observações sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) a partir de análise qualitativa. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 15, 2016.
- NETO, A. M.; BLOS, D. Desigualdade territorial, mobilidade espacial e vulnerabilidade. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 18, 2018.
- PEREIRA, C. N. Estrutura agrária no Matopíba: apontamentos a partir do Censo Agropecuário de 2017. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 21, 2019.
- PEREIRA, C. N.; CASTRO, C. N. Assistência técnica e extensão rural no Brasil: uma análise do Censo Agropecuário de 2017. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 24, 2020.
- PINTO, C. V. S.; ROCHA, B. N.; PIRANI, N. D. Indicadores sociais e desenvolvimento rural: um estudo sobre o índice de desenvolvimento humano municipal rural no Brasil. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 18, 2018.
- RIBEIRO, M. B. Uma avaliação da distribuição espacial dos empréstimos dos fundos constitucionais destinados ao financiamento do Pronaf nos municípios das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 28, 2022.
- SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 18, 2018.
- SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* Diversidade de produtos adquiridos pelo Programa de Aquisição de Alimentos no Brasil e regiões. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 21, 2019.
- SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* Análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como um instrumento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 25, 2021.
- SAMBUICHI, R. H. R.; PEREIRA, R. M. Relação entre o acesso ao crédito do Pronaf e a diversidade da produção nos estabelecimentos da agricultura familiar. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 16, 2017.
- SANTANA, A. S.; SANTOS, G. R. Impactos da seca de 2012-2017 na região semiárida do Nordeste: notas sobre a abordagem de dados quantitativos e conclusões qualitativas. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 22, 2020.
- SANTANA, A. S.; SANTOS, G. R.; FREITAS, R. E. Acesso ao crédito agrícola no Brasil: dados preliminares do Censo Agropecuário 2017. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 20, 2019.
- SANTOS, G. R.; FREITAS, R. E. Gasto público com a agricultura familiar no Brasil: uma abordagem a partir de dados agregados. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 17, 2017.
- SANTOS, G. R.; SANTANA, A. S. Panorama da diversidade produtiva e de renda na agropecuária brasileira: uma breve incursão nos dados do Censo de 2017. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 23, 2020. (Edição Especial – Agricultura 2020).

SANTOS, G. R.; VIAN, C. E. F; MATTEI, L. Notas conceituais e definições de suporte às políticas públicas para a agropecuária após a Constituição Federal de 1988. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 23, 2020. (Edição Especial – Agricultura 2020).

SILVA, A. P. M. O paradigma da modernidade no meio rural: o caso das sementes agrícolas. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 21, 2019.

SILVA, A. P. M. *et al.* Gargalos da regulamentação da produção e comercialização de sementes e mudas florestais nativas no Brasil: contribuições para revisão da normativa. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 12, 2015.

VEDANA, R. *et al.* Cooperativismo, empoderamento feminino e transição geracional no Oeste do Paraná: um estudo de caso na Lar Cooperativa Agroindustrial. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 23, 2020. (Edição Especial – Agricultura 2020).

VIEIRA FILHO, J. E. R. Agricultura de grande escala e de menor porte produtivo: o que os dados revelam? **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 23, 2020a. (Edição Especial – Agricultura 2020).

_____. Núcleo de estudos de economia agrícola. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 23, 2020b. (Edição Especial – Agricultura 2020).